

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, 2ª Série
Coimbra e Lisboa, 1929 – 1977

Publicado durante quase cinco décadas, a partir de Outubro de 1929, numa chamada «Nova Série», o *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* conheceu notável longevidade e regularidade, atravessando três regimes políticos diferentes, desde a Ditadura Militar ao Estado Novo e início da III República. Foi o órgão oficial da Academia das Ciências de Lisboa (ACL) durante esse longo período e veio substituir o *Boletim da Segunda Classe: actas e pareceres, estudos, documentos e notícias* (desde 1902 até 1929) e o *Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais...* (3 séries, 1866-1929, José Alberto Silva, *A Academia Real das Ciências (1779-1834)...*, p. 17, n. 27). Nos primeiros anos o *Boletim* foi dirigido por uma comissão de redacção, constituída inicialmente por seis elementos, entre os quais se destacavam nomes como António Baião, António Pereira Forjaz e Joaquim Leitão. Teve depois a nova publicação como directores Joaquim Leitão (desde Janeiro de 1934 a Maio-Agosto de 1956, até à sua morte) e António Pereira Forjaz (a partir de Outubro-Dezembro de 1956 até 1964), deixando de ter director identificado de 1965 até 1977. Numa breve descrição destas duas figuras, pode afirmar-se que Joaquim Leitão foi jornalista, director de várias publicações periódicas e prolífico autor de novelas, peças de teatro, traduções, estudos históricos sobre D. Carlos, D. Manuel II e Revolução de 5 de Outubro e de evocações de Eça, Camilo e Júlio Dantas, num estilo próximo do de Rocha Martins, erudito e floreado. António Pereira Forjaz foi doutor em Ciências pela Universidade de Lisboa (chegando a director da respectiva Faculdade), licenciado no curso de Magistério Secundário pela Faculdade de Letras de Lisboa e professor de Química no Liceu Passos Manuel, além de vogal da Junta de Educação Nacional.

Os locais de publicação foram Coimbra, na Imprensa da Universidade (de 1929 a 1932); e desde 1933 Lisboa, com a própria ACL a assumir a responsabilidade da edição (embora até 1934 os locais de publicação e de impressão não coincidam, mantendo-se este último em Coimbra). Os números eram publicados no próprio ano a que diziam respeito, com excepção dos tempos finais: os volumes 47 a 49, referentes a 1975 a 1977, só foram impressos, respectivamente, em 1977, 1980 e 1982.

Para o presente estudo, os números consultados, sequenciais e sem interrupção, foram os de 1929 a 1939 (11 volumes), 1947 a 1951 (5 volumes), 1958 a 1962 (5 volumes) e 1970 a 1975 (6 volumes), numa

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

amostragem de 27 volumes completos em 49 anos de publicação. Volumes, avulsos ou completos, referentes a outros anos foram manuseados e serão aqui também tidos em conta, sempre que adicionem informação considerada pertinente.

O *Boletim* conheceu, pois, 49 volumes anuais. A distribuição dos números durante o ano civil foi irregular, variando muito, mas sempre com intervalo nos meses de férias, Agosto e Setembro. Veja-se o seguinte quadro, que organiza informação referente a dez anos de publicação, escolhidos aleatoriamente e dispostos por ordem decrescente de número de páginas:

Ano	Número de revistas publicadas	Periodicidade	Número anual de páginas
1931	10	Mensal	1250
1930	9	Mensal (1)	1143
1964	4	Bimensal/trimestral (2)	558
1932	9	Mensal (3)	488
1960	4	Bimensal/trimestral (2)	314
1950	6	Mensal, bi e trimestral (4)	308
1973	3 (fascículos)	Tri e quadrimestral (5)	244
1939	6	Mensal e bimensal (6)	222
1970	3 (fascículos)	Tri e quadrimestral (5)	216
1929	3	Mensal (7)	128
Total	57 (média anual de 5.7 revistas)		4871 (média anual de 487 pp., por revista de 89 pp.)

(1) Com um único número quadrimestral, respeitante a Julho-Outubro. (2) Números trimestrais de Maio-Julho e Outubro-Dezembro. (3) Número bimestral de Outubro-Novembro. (4) Mensal em Outubro, Novembro e Dezembro; bimensal em Janeiro-Fevereiro e Junho-Julho; trimestral em Março-Maio. (5) Números dedicados a Janeiro-Março (trimestral), Abril-Julho (quadrimestral) e Agosto-Dezembro, neste caso, a 5 meses. (6) Números mensais relativos a Março e Dezembro, restantes bimensais. (7) Só se publicaram os números relativos a Outubro/Dezembro.

A abrangência podia ir de mensal a trimestral; chegou a ser quadrimestral. e mesmo a dizer respeito a cinco meses (em 1968-1973). Já depois do 25 de Abril os números passaram a ser anuais, a partir de 1975, no volume 47. Os volumes de 1975 e de 1976 tiveram edições comparativamente reduzidas, de 260 e 238 páginas; o que já sucedia em 1970 e 1973, isto é, menos de trezentas páginas anuais, em média.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Sendo a ACL uma das instituições académicas mais antigas do país ainda em funcionamento, torna-se naturalmente interessante observar se nesta 2ª série do *Boletim* existem sinais de vitalidade e actividades internas. Embora integrando nomes famosos da cultura portuguesa – veremos como foram importantes os registos das entradas de sócios ou a sua ascensão na hierarquia académica, bem como os elogios fúnebres de sócios por quem os substituíam, numa tradição tão velha quanto a própria Academia – não se pode daí deduzir, porém, que nos milhares de páginas acumulados em tantos anos de publicação se encontrem textos fundamentais das letras e ciências portuguesas do século XX, pelo menos nas áreas da história e da cultura. Tal, aliás, era já um problema que provinha da vida oitocentista da Academia: comprovar como a instituição servia o país sendo palco de intervenções decisivas no progresso do conhecimento histórico e científico do passado. As épocas históricas e os temas culturais eram tão variados quanto os centenários evocados (Montaigne, Racine e Goethe) ou as áreas habitualmente trabalhadas por figuras como Queirós Veloso (séculos XVI a XVII), Afonso de Dornelas (heráldica e falerística), Moises Amzalak (traduções de economistas clássicos britânicos em Portugal), José de Figueiredo (tapeçarias de Pastrana e Damião de Góis *crítico de arte*) ou Fidelino de Figueiredo (inesperadamente, o cinema de Hollywood), isto para referir apenas textos da década de 1930. Outros exemplos são a história dos descobrimentos, da própria Academia das Ciências e temas de cartografia.

Porém, apesar de podermos encontrar o resumo, em três páginas, de uma comunicação de Vitorino Nemésio sobre «As nossas testemunhas espirituais do Mundo em crise» (Janeiro-Fevereiro de 1961, pp. 40-42), comemorações dedicadas ao quarto centenário dos *Colóquios dos Simples* de Garcia da Orta (em Março de 1961, pp. 62-67) ou mesmo quase quarenta páginas comemorativas do centenário do nascimento de Eça de Queiroz, em 1945 (Setembro-Novembro, pp. 261-300), as reflexões transcritas não aparentam ser particularmente inovadoras ou reproduzir aquilo que actualmente se considera mais decisivo e marcante sobre tais autores e temáticas. Não que isso signifique que apenas se pronunciavam palavras de circunstância, ocas de significado. Mas quem cita hoje a segunda série do *Boletim* da ACL como um marco do seu tempo? Longe ia a época das *Memórias de Literatura...* ou das *Memórias Económicas...* – ou, mesmo, as várias séries de *História e Memórias...*, nas décadas de 1820 a 1850, nas quais havia artigos monográficos de autores de considerável dimensão, por eruditos e historiadores, que os escreviam de raiz (Daniel Estudante Protásio, *Estimular o conhecimento histórico?*). É possível que essa fosse a função das *Memórias da Academia das Ciências*, começadas a publicar para as classes das letras e das ciências em 1935 e 1936. No *Boletim*, 2ª série, o que existe são transcrições – muitas vezes abreviadas – de palestras individuais, de temática aleatória ou colectivas, dedicadas a um evento específico. Mesmo um autor da craveira de Jacinto do Prado Coelho colabora, em 1962, com um texto sobre a «Presença da França nas letras portuguesas dos séculos XVIII e XIX» (Março-Abril, pp. 123-149). Nesse mesmo ano são dedicadas mais de trinta páginas ao elogio de Gago Coutinho (Janeiro-Fevereiro, pp. 66-101). Mas são os pareceres



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de admissão de novos membros e, sobretudo, a lista impressionante de figuras da cultura e da historiografia nacionais que mais retêm a atenção: Avelino Teixeira da Mota (Janeiro-Fevereiro de 1959, pp. 92-94); o supracitado Prado Coelho, Lindley Cintra, Guilherme Braga da Cruz e Torquato de Sousa Soares (Março-Abril e Outubro-Dezembro de 1962, pp. 114-122 e 317-320); ou Armando Cortesão e João Ameal (Maio-Julho de 1964, pp. 303-306 e 345-346). Tais dados serão um dia decisivos para o estudo prosopográfico dos sócios da Academia nas décadas de 1930 a finais de 1970, até porque habitualmente cada número da revista referente a Janeiro reproduz os corpos sociais e inclui resumos das assembleias gerais e das sessões ordinárias de classe (duas, de ciências e letras). E para o estudo disciplinar de algumas áreas. Teixeira da Mota, por exemplo, contribui com frequência com artigos de certa dimensão, como «Novos elementos sobre a cartografia de Portugal no século XVIII» (Março-Abril de 1962, pp. 165-184) e «Os portugueses na cartografia antiga da África Central (1550-1800)» (Janeiro-Fevereiro de 1963, pp. 13-27). Armando Cortesão e Jacinto do Prado Coelho fazem o mesmo, respectivamente, com «Cartografia portuguesa e a Geografia de Ptolomeu» (a inserir na sua *História da Cartografia Portuguesa*) e com um relatório sobre o IV Congresso Internacional de Literatura Comparada (Outubro-Dezembro de 1964, pp. 388-404 e 470-482). Surgem também análises de momentos históricos específicos da ACL, como textos sobre o percurso do duque de Saldanha enquanto sócio (Novembro de 1949, pp. 346-347) e sobre Garção Stockler, o conde da Ega e Andoche Junot sócios honorários da instituição (Outubro-Dezembro de 1964, pp. 518-520; veja-se a esse propósito José Alberto Silva, *A Academia Real das Ciências (1779-1834)... Op. Cit.*, pp. 85-86). De destacar, por fim, a preciosa série de estampas sobre presidentes, vice-presidentes e outros dirigentes da instituição, desde o seu início, como sucede em vários números referentes aos anos de 1958 e 1959. Os exemplos poderiam se replicados às dezenas.

Após o 25 de Abril de 1974, a ACL parece tornar-se mais permeável às questões políticas do dia (anteriormente surgira, em 1963, um texto sobre a invasão de Goa, pp. 381-384): a 27 de Janeiro de 1975 ocorre a recepção de Léopold Senghor, que profere uma conferência sobre «Lusitanidade e Negritude», na presença do Presidente da República, Costa Gomes, do Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves e do Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro. Presidente do Senegal, Senghor é admitido como sócio correspondente nesse mesmo dia (1975, pp. 39-46 e 50-51). E com o novo regime político, abrem-se igualmente as portas da Academia a grandes nomes da literatura, teatro, universidade e cultura nacionais, muitos deles críticos ou opositores ao Estado Novo, como Luiz Francisco Rebello, José-Augusto França, Urbano Tavares Rodrigues, Vasco Magalhães-Vilhena, Maria Helena da Rocha Pereira, José Rodrigues Miguéis, Joel Serrão e Orlando Ribeiro, injustamente impedidos até então de figurarem entre os maiores académicos de prestígio (1975, pp. 78-79, 136-138, 215-216 e 224-226; 1976, pp. 16-17, 67-69 e 97-101). Infelizmente a sua entrada na Academia sucede numa época em que a publicação do *Boletim* estava reduzida à sua menor dimensão possível: as intervenções são sumariadas, por vezes num único parágrafo,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

como ocorre com Maria Helena da Rocha Pereira sobre Pedro Hispano, Luiz Francisco Rebello sobre Teixeira de Pascoaes ou Urbano Tavares Rodrigues sobre Alves Redol (1976, pp. 123-124 e 1977, pp. 179 e 198). Deste modo, intelectuais e académicos parecem poder coexistir em democracia, sendo premiadas carreiras e obras dignas de apreço, já não subordinadas à disciplina da censura prévia nem dos juramentos de fidelidade ao Estado Novo. Ter-se-á dado uma espécie de reconciliação entre a vetusta academia e uma intelectualidade consagrada, simbiose que ainda hoje impera. Algo de semelhante – salvo anacronismos indevidos – ocorrera com a reforma estatutária de 1851-1852, que fez entrar ou singrar na ACL figuras como Alexandre Herculano e condiscípulos seus, permitindo, quase dez anos depois, o início das aulas do Curso Superior de Letras, antepassado da Faculdade de Letras de Lisboa.

Esta publicação é, em suma, um manancial de informação quanto à mobilidade e coexistência de intelectuais de elevada craveira cultural, com um rigor de datas de admissão, reprodução de pareceres e ascensão a diferentes graus académicos de que as publicações da ACL dos séculos XVIII e XIX careciam em suma medida, obrigando os estudiosos desses períodos a consideráveis esforços de busca e cruzamento de fontes (José Alberto Silva, *Idem*, pp. 61-67 e ss.). O mesmo sucederia com o *Anuário Académico*, publicado relativamente ao período de 1932 a 1978, numa tradição muito antiga, ainda proveniente dos *Almanaques de Lisboa para o ano de...* dos finais do século XVIII, embora aqui reduzidos à realidade da ACL. Por outro lado, não se vislumbram projectos individuais ou colectivos que, como em centúrias anteriores, conduzissem a instituição e os seus sócios em claros movimentos científicos de inovação e vanguarda, pelo menos nas áreas das humanidades e ciências sociais e humanas. Exceptuando – entre outros – os de António Ferrão, Avelino Teixeira da Mota ou Armando Cortesão, que no *Boletim* ensaiavam e comunicavam textos que mais tarde condensariam e desenvolveriam em volumes autónomos. Mas sem dúvida que a Academia ganhara já aquela pompa e circunstância, aquele respeito e amor pelo protocolo, aquela hierarquização social e profissional que consagra os homens de letras e de ciências, vivos e mortos, em momentos de evocação e de celebração do passado. Factores que progressivamente a afastaram de um estatuto de *centro de investigação e de inovação* que chegou a constituir, nos tempos idos de José Francisco Correia da Serra, António Caetano do Amaral, João Pedro Ribeiro, Alexandre Herculano e vários dos seus discípulos e colaboradores. Tornaram-se, a ACL e o seu *Boletim*, áreas de consensos e não de dissensões, de discursos e aplausos e não tanto de debates e polémicas, pelo menos a ajuizar pelo tom geral presente em muitas das páginas deste seu órgão oficial de quase cinco décadas.

Bibliografia activa: *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, 2ª série, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1929-1934 e Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1935-1977, 49 vols. (com o último volume a ser publicado apenas em 1982).

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia passiva: Protásio, Daniel Estudante, «Estimular o conhecimento histórico?», capítulo de livro a publicar, in Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João (org.), *Historiografia e Res publica: repensar a escrita da história nos dois últimos séculos*, Centro de História da Universidade de Lisboa e Centro de Estudos das Migrações e das Relações Inter-culturais da Universidade Aberta; Silva, José Alberto, *A Academia Real das Ciências (1779-1834). Ciência e hibridismo numa periferia europeia*, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2015, 395 pp. policopiadas (tese de doutoramento em História e Filosofia das Ciências); *Catálogo das Publicações da Academia, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa*, 1983, pp. 9-22, 30-34 e 37.

Daniel Estudante Protásio



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BNP BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA